

CHECKLIST 01 – DOCUMENTAÇÃO EXTERNA

Data de controle: 15/05/2026.			
Nº	DOCUMENTOS	S/N	OBSERVAÇÃO
1	<b>Ofício de solicitação, conforme modelo 01.</b>		
2	<b>Ofício do parlamentar, quando se tratar de recursos provenientes de emenda impositiva, deverá ser apresentado ofício do parlamentar contendo a homologação, comprovando a destinação dos recursos.</b>		
3	<p><b>Plano de Trabalho nos termos do art.22 da Lei Federal 13.019/2014, conforme modelo 02.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatório (Físico – assinado e datado) (art. 22, Lei 13.019/2014)</li> <li>1) descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexu entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas; Identificação do objeto a ser executado;</li> <li>2) descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados; Previsão de início e fim da execução do objeto, bem como, da conclusão das etapas ou fases programadas;</li> <li>3) previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria; Histórico da Proponente com o Projeto/Atividades;</li> <li>4) forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; Metas a serem atingidas;</li> <li>5) definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas. Etapas ou fases de execução;</li> <li>6) Contrapartida;</li> <li>7) Plano de aplicação dos recursos financeiros;</li> <li>8) Cronograma de desembolso.</li> </ul>		
4	<p><b>Orçamentos/Propostas:</b> Apresentação de no mínimo, 03 (três) orçamentos de empresas que tenham atividades compatíveis com o objeto do orçamento, para fornecimento de materiais e/ou prestação de serviços, tendo como anexo cópia do cartão de CNPJ (CNAE). As propostas devem ser apresentadas em: papel timbrado das empresas, contendo CNPJ, de preferência com os carimbos, assinatura do responsável pelas informações da cotação e período de validade dos preços.</p> <p><b>Mapa Comparativo dos Preços dos Orçamentos Apresentados, contendo:</b> o nome das empresas (com CNPJ), valor cotado e o menor preço orçado apresentado. <b>modelo 03.</b></p>		

5	<p><b>Cópia do Estatuto registrado e de eventuais alterações da Organização Social da OSC que deverá prever EXPRESSAMENTE, de acordo com a Lei Federal 13.019/2014 e Lei Municipal nº 2.752/2025:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Que seus objetivos são voltados à promoção de atividades e finalidade de relevância pública e social;</li> <li>2) Que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014, cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.</li> <li>3) Que a escrituração seja de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.</li> <li>4) Procedimentos claros e transparentes para a eleição e destituição dos membros da diretoria e dos conselhos, bem como a aprovação de contas. (art. 4º, inciso VI, alínea c, Lei nº 2.752/2025).</li> <li>5) Publicidade anual de seu relatório de atividades e demonstrações financeiras, incluindo informações sobre o uso de recursos públicos, em seu sítio ou em outros meios de comunicação acessível ao público. (art. 4º, inciso VI, alínea d, Lei nº 2.752/2025).</li> </ol> <p><b>Observação:</b> Tratando-se de organização religiosa, não há exigência de previsão expressa.</p> <p><b>Observação:</b> Tratando-se de sociedades cooperativas, não há exigência de previsão expressa, devendo ao item 3 disponibilizado acima. (art. 33, § 3º, Lei 13.019/2014).</p>		
6	<p><b>Ata de eleição</b> do quadro dirigente atual (Art. 34, V, Lei 13.019/2014). • Registrada em cartório.</p>		
7	<p><b>Relação nominal atualizada dos dirigentes</b> da entidade nos termos do art.34, inciso VI da Lei 13.019/2014. • <u>Informações obrigatórias</u> (Nome, endereço, RG com órgão expedidor e CPF).</p>		
8	<p><b>Certidão de existência jurídica (Certidão de Inteiro Teor)</b> expedida pelo cartório de registro civil ou, <b>tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial</b>, nos termos do art.34, inciso III da Lei 13.019/2014.</p>		
9	<p><b>Documentos Pessoais do Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro ou Diretor Financeiro da entidade.</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Cópia da cédula de identidade;</li> <li>2) Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;</li> <li>3) Cópia do comprovante de residência, com validade de até 03 (três) meses, antes da apresentação.</li> </ol> <p><b>Observação:</b> Caso não tenha comprovante de residência em seu nome, deverá apresentar declaração do responsável pelo imóvel informando que reside no local. <b>(autenticada em cartório). Conforme modelo 05.</b></p> <p>• <b>PROCURAÇÃO (autenticada em cartório)</b> se for o caso, com cópia da cédula de identidade, CPF e comprovante de residência do procurador.</p>		



10	<p><b>Comprovante de que a OSC funciona no endereço declarado, através dos seguintes documentos:</b></p> <p>1) Contrato de Aluguel, autenticado em cartório, ou Termo de Cessão com firma reconhecida em cartório ou;</p> <p>2) Comprovante de Residência em nome da OSC, com validade de até 03 (três) meses, antes da apresentação ou;</p> <p>Declaração de habitação/funcionamento, quando comprovante de residência não for em nome da OSC, autenticado em cartório.</p>		
11	<p><b>Apresentação do espelho de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, com exigência, de no mínimo 02 (dois) anos de existência</b>, com cadastro ativo atualizado, nos termos do art.33, inciso V, alínea a, da Lei 13.019/2014 e art. 4º, Inciso II, da Lei Municipal nº 2.752/2025 ou <b>01 (um) ano</b> quando decorrente de emendas impositivas, conforme item 4.7 do anexo III da Instrução Normativa Conjunta 001/2026.</p>		
12	<p><b>Comprovação de experiência prévia do objeto da parceria ou de natureza semelhante de, no mínimo 02 (dois) anos de capacidade técnica e operacional</b>, nos termos do art.26, inciso III, do Decreto Federal nº 8.726/2016, e conforme dispõe o art. 4º, Inciso II, da Lei Municipal nº 2.752/2025 (Com apresentação de no mínimo <b>03 (três) evidências</b>), ou <b>01 (um) ano</b> quando decorrente de emendas impositivas, conforme item 4.7 do anexo III da Instrução Normativa Conjunta 001/2026 (Com apresentação de no mínimo <b>01 (um) evidências</b>).</p> <p><b>Exemplos:</b> Instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil; relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas; publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela; declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil OU prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior).</p>		
13	<p><b>Prova de Regularidade Fiscal (Certidões Negativas)</b></p> <p>Todas as certidões devem estar válidas e validadas na data da emissão da nota de empenho.</p> <p>a) Certidão Negativa Conjunta Fazenda Federal e Dívida Ativa da União;</p> <p>b) Certidão Negativa Estadual;</p> <p>c) Certidão Negativa Municipal;</p> <p>d) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (CRF/FGTS);</p> <p>e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;</p> <p>f) Certidão de Ações de ConCORDATA e Falência (TJ/RR);</p> <p>g) Certidão Negativa Correccional – CGU e Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica – TCU.</p>		
14	<p><b>Comprovante de abertura da conta bancária específica</b></p> <p>1) Conta bancária em banco público (Ex: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), isenta de tarifas;</p> <p>2) Termo de abertura com extrato zerado.</p>		



15	<b>Declaração de Veracidade das documentações apresentadas e de Responsabilidade das informações. modelo 04.</b>		
16	<b>Declaração sobre existência de instalações e outras condições materiais</b> nos termos do art.26, inciso X, do Decreto Federal nº 8.726/2016 conforme <b>modelo 05.</b>		
17	<b>Declaração de Atendimento aos princípios e normas da contabilidade</b> da entidade nos termos do art.33, inciso IV da Lei. <b>Conforme modelo 06.</b>		
18	<b>Declaração de que desempenhou atividades referente ao objeto do Plano de Trabalho nos últimos 02 (dois) anos ou 01 (um) ano</b> quando decorrente de emendas impositivas. Instrução Normativa Conjunta 001/2025 Conforme <b>modelo 07.</b>		
19	<b>Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal,</b> conforme <b>modelo 08.</b>		
20	<b>Declaração de inexistência de impedimentos</b> nos termos do art.39 da Lei 13.019/2014, conforme <b>modelo 09.</b>		
21	<b>Declaração de disponibilidade de contrapartida</b> nos termos do art.35 § 1º da Lei 13.019/2014, conforme <b>modelo 10.</b>		
22	<b>Declaração de divulgação da parceria</b> nos termos do art.11 da Lei 13.019/2014, conforme <b>modelo 11.</b>		
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS:</b> Na impossibilidade do atendimento de qualquer item, apresentar justificativa.			

